

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

AO ILUSTRE PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0122/2021

PROCESSO Nº. 6.964/2020

SENHOR DOS CUPINS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.673/0001-24, sediada no endereço Avenida Automóvel Club, 4080 – Vilar dos Teles, CEP: 25.565-171, Município de São João de Meriti – RJ, vem, à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seu representante legal, apresentar, tempestivamente, suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela empresa MMX RIO SULÇÕES AMBIENTAIS LTDA, já qualificada anteriormente, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

DOS FATOS

Trata-se de Processo Licitatório – Pregão eletrônico, cujo objeto é a “Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDE-TIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses” Grifo nosso.

A Recorrente insatisfeita com a aceitação da proposta e declaração desta Recorrida como vencedora, insurge com alegações frágeis e infundadas, contra ato do Ilustre Pregoeiro, quanto a supostos descumprimentos de itens do edital.

DAS INFUNDADAS RAZÕES DA RECORRENTE

Em resumo, a Recorrente alega, em sua peça recursal totalmente confusa que:

- 04 dentre os 05 licitantes cadastrados, lançaram suas propostas em conformidade com o item 11.5. do Edital, registrando nos campos específicos o valor total do item. Alega ainda que, apenas um licitante cadastrou o item conforme os itens 9.2.1. e 12.7 com o valor unitário;
- Que haveria discordância quanto a isto e que o edital continha vícios que não foram sanados;
- Que o Pregoeiro declarou a Recorrida Vencedora indevidamente;
- Que a recorrente foi prejudicada na fase de lances, por ter ficado inibida e ressabiada em dar seus lances devido a diferença de valores.

Ora, o que temo aqui é uma tentativa infundada e desesperada da recorrente que deseja conseguir na fase recursal o que não conseguiu na fase de lances, ou seja, não conseguiu ofertar o melhor preço e agora quer culpar o pregoeiro e a forma como o Edital foi redigido.

Se algum cidadão ou licitante identifica algo que possa trazer dificuldade de interpretação do instrumento convocatório existe o prazo legal para pedidos de esclarecimentos ou impugnações, e a recorrente manteve-se inerte e mesmo durante a sessão não se manifestou acerca dessa suposta discordância sobre interpretação do Edital em valor unitário e valor global de lances. E, agora que perdeu a licitação, surge com tais alegações sem fundamento e ainda que tivesse, são totalmente intempestivas pois o tempo de argui-las seria em momento oportuno anterior à fase de lances, conforme art. 24 do Decreto 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Sendo assim, é totalmente descabido o recurso. Ademais, ao ler o Edital em questão, observa-se que o mesmo é totalmente claro e inequívoco em seu Preâmbulo, informando que, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do tipo MENOR PREÇO e critério de julgamento GLOBAL por item, e, portanto, será considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance cujo valor seja o melhor para a administração e desde que seja exequível.

Com isso, verifica-se que a recorrente não chegou perto das melhores propostas e por isso não foi declarada vencedora.

A recorrente, alega ainda, haver divergência entre os itens 11.5. e os itens 9.2.1. e 12.7 do Edital, dizendo que o item 11.5 do Ato Convocatório se refere ao julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL e os itens 9.2.1 e 12.7 se refeririam a VALOR UNITÁRIO.

Ora, mais uma vez se observa o despreparo da recorrente em participar de licitações ao interpretar o Edital, vejamos:

O item 9.2.1 estabelece que o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento do valor unitário. Como a presente licitação é um registro de preços para contratação eventual e futura de 1 pelo período de 12 meses é lógico e cristalino como água que o valor unitário a que se refere o item 9.2.1 é unitário referente aos 12 meses, pois do contrário o edital devia prever inserir valor mensal. Portanto, não há que se falar em divergência aqui entre o item 9.2.1 e o item 11.5, pois ambos se referem a um único item (dedetização) pelo período de 12 meses, ou seja valor unitário e global. Com isso, o pedido da recorrente é totalmente descabido devendo ser julgado totalmente improcedente.

Também não há divergência entre os itens 12.7, pois se refere ao valor ofertado dos lances, sendo considerado o menor preço unitário por item, ou seja, é a mesma coisa para todos os itens, pois temos um único item em disputa (dedetização) com um valor (unitário) referente 12 meses de serviço, logo, as propostas e os lances devem ser unitário e global. Não enxergamos aqui nenhuma divergência ou dificuldade de interpretação, devendo o pedido da recorrente ser julgado totalmente improcedente.

DO PEDIDO

Em face do exposto, restou provado que as fases de lances foram realizadas no rigor das leis e do Edital e que a recorrida, ofertou a melhor proposta.

Requer seja completamente indeferido o recurso proposto em função das infundadas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou SENHOR DOS CUPINS, vencedora do certame, fazendo-se justiça.

Requer ainda, dar prosseguimento nas demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

Nestes Termos,

Pede deferimento

São João de Meriti, 8 de agosto de 2022.

ALAN DIAS DA SILVA

CRC/RJ 099537-03

CPF: 081.319.037-10

Fechar